

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.520.576 - DF (2015/0053505-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : MARIA JOSE DOS SANTOS D AVILA
ADVOGADO : DIVANIR MARCELO DE PIERI E OUTRO(S) - DF051437
RECORRIDO : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADOS : MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI - DF016785
STEFANNY HELLEN BATISTA LEANDRO E OUTRO(S) - DF039820
JULIANA DUARTE DOTTO - DF040193
RECORRIDO : LEONICE NUNES DA FONSECA
ADVOGADO : ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA - DF012464
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADOS : MARCOS VINÍCIUS BARROS OTTONI E OUTRO(S) - DF016785
JULIANA DUARTE DOTTO - DF040193
AGRAVADO : LEONICE NUNES DA FONSECA
ADVOGADO : ALANCARDE FERREIRA DE ALMEIDA - DF012464
INTERES. : LOURENCO GARCIA D AVILA

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto em face de acórdão assim ementado:

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. TERCEIRO PREJUDICADO. LIAME DE INTERDEPENDÊNCIA. ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL. MEIO INADEQUADO. REGRA DE CONGRUÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO POR MORTE.

1. Mostrando-se presente o liame de interdependência entre o interesse de intervir e a relação jurídica em discussão, credencia o terceiro a interpor recurso, nos termos do art. 499, § 1º, do Código de Processo Civil.

2. É inadequada a intervenção por meio de assistência litisconsorcial quando o interveniente possui pretensão própria, porquanto o instituto exige a defesa de uma das partes, por força do art. 50, caput, do Estatuto Processual Civil.

3. A decisão singular deve observar a regra de congruência para não ultrapassar ou decidir aquém do pedido, sob pena de ser anulada ou reformada, ex vi do art. 460 do Código de Processo Civil.

4. A relação travada entre os litigantes é regida por normas de direito privado, especialmente pelas regras insertas no regulamento da

Superior Tribunal de Justiça

previdência privada, devidamente aprovada pelos seus integrantes.

5. Preenchidos os requisitos exigidos no regulamento, uma vez que a beneficiária era companheira do falecido participante e deste economicamente dependente, notadamente porque recebe pensão por morte da Previdência Oficial, faz jus à percepção do complemento beneficiário.

6. Recursos desprovidos.”

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do especial, a parte alegou violação ao artigo 535, I, do Código de Processo Civil de 1973. Apontou ofensa aos artigos 460 do CPC/73; e 9º da Lei nº 9.278/96, visto que extra petita o acórdão estadual ao reconhecer a existência de união estável.

Da análise dos pressupostos de admissibilidade do presente recurso, verifico que esse ficou prejudicado.

Nos termos do artigo 932, III, do novo Código de Processo Civil (antigo 557, caput), combinado com o art. 34, XI e XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão singular, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Dessa forma, tendo em vista a decisão de mérito que proferi de forma simultânea no recurso interposto pela parte MARIA JOSÉ DOS SANTOS D'AVILA, ao qual dei provimento para anular o processo desde o início, imperioso concluir que o agravo em recurso especial ora em análise encontra-se prejudicado. Nesses termos:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CHAMAMENTO DO FEITO À ORDEM. AUTOS PRINCIPAIS. TRÂNSITO EM JULGADO DA DEMANDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DA LIMITAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO. ANÁLISE DO RECURSO ESPECIAL PREJUDICADA.

1. Em função do trânsito em julgado no feito principal, o agravo de instrumento interposto, ora apresentado como recurso especial, resta prejudicado, uma vez que o critério da cognição resta exauriente no feito prolatado perante a Corte de origem.

2. Se fosse adotado o entendimento de que a coisa julgada estaria pendente de produzir efeitos até o encerramento da cognição do agravo de instrumento do 522 do CPC, estar-se-ia conduzindo a

Superior Tribunal de Justiça

decisão de mérito a um patamar inferior à decisão que aprecia questão incidental, o que não é permitido pelo sistema processual brasileiro.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no REsp 543.671/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 25/6/2009, DJe 17/8/2009)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO PRINCIPAL. PERDA DE OBJETO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

1. Cuida-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória que recebeu Ação de Improbidade Administrativa e deferiu a indisponibilidade de bens.

2. Verifica-se que o processo principal já foi julgado extinto, conforme consta da decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao Recurso Especial: "Não fossem os óbices acima expostos, extrai-se do SAJ - Sistema de Automação do Judiciário, que a ação da qual originou o agravo de instrumento foi extinta, o que torna prejudicado o presente recurso." (fl. 10722, grifo acrescentado).

3. É entendimento assente no STJ que, proferida sentença no processo principal, perde o objeto o recurso de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória.

4. Assim ocorreu a perda do objeto do Recurso Especial, em face da extinção do processo principal.

5. Recurso Especial prejudicado.

(REsp 1351883/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/2/2015, DJe 14/5/2015)

Em face do exposto, julgo prejudicado o presente agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora